



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO  
X CONGRESSO BRASILEIRO  
V SEMINÁRIO DO DF E ENTORNO  
12-15 SETEMBRO 2017  
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 7

Conservação e Manejo da Sociobiodiversidade e Direitos dos Agricultores e Povos e Comunidades Tradicionais



## **Conflitos em torno da pesca artesanal na comunidade ribeirinha de Jaracuera Grande (Cametá-PA)**

*Conflicts around artisanal fishing in the Riverside community of Jaracuera Grande (Cametá-PA)*

SILVA, Ana Carolina Pantoja da; BRITO, Anderson da Silva; FURTADO, Yasmim Rodrigues.

Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Tocantins, Cametá-Pa. Tv. Padre Antônio Franco, s/n, Bairro Matinha. CEP: 68400-000. carolinapantoja18@gmail.com; anderson.ufpa13@gmail.com; yasminrodrigues015@gmail.com

**Tema Gerador:** Conservação e Manejo da Sociobiodiversidade e Direitos do Agricultores e Povos e Comunidades Tradicionais.

### **Resumo**

Neste trabalho serão abordados os conflitos socioambientais ocorridos na comunidade ribeirinha de Jaracuera Grande (situada no município de Cametá-PA), durante a consolidação e legalização de seu acordo de pesca. A implantação do acordo de pesca na referida comunidade enfrentou um período de crise, conflitos e contradições, pois muitas pessoas não queriam concordar com o acordo, nem mudar suas práticas de manejo. Desse modo, não respeitavam as normas construídas localmente, provocando inúmeros confrontos, discussão e até mesmo violência. Serão destacados os motivos que levaram os que eram contra a implantação do acordo a se posicionarem dessa forma, e o que aconteceu durante um desses momentos de conflito, em 2006, bem como os benefícios trazidos para localidade após o ocorrido, a partir da consolidação local do acordo de pesca.

**Palavras-chave:** conflitos socioambientais; acordos de pesca; gestão dos bens comuns.

### **Abstract**

This paper will discuss the socio-environmental conflicts that occurred in the coastal community of Jaracuera Grande (located in the municipality of Cametá-PA), during the consolidation and legalization of its fishing agreement. The implementation of the fisheries agreement in that community faced a period of crisis, conflicts and contradictions, since many people did not want to agree to the agreement or change their management practices. In this way, they did not respect the locally constructed norms, provoking numerous confrontations, discussion and even violence. The reasons that led those who were against the implementation of the agreement to stand in this way, and what happened during one of those moments of conflict in 2006, as well as the benefits brought to the locality after the event, from the local consolidation Of the fisheries agreement.

**Keywords:** socio-environmental conflicts; fishing agreements; management of common goods.



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO  
X CONGRESSO BRASILEIRO  
V SEMINÁRIO DO DF E ENTORNO  
**12-15 SETEMBRO 2017**  
**BRASÍLIA- DF, BRASIL**

**Tema Gerador 7**

Conservação e Manejo da Sociobiodiversidade e Direitos dos Agricultores e Povos e Comunidades Tradicionais



## **Introdução**

A pesca tem vários fatores que a tornam importante para a vida da população, tais como captura para a alimentação e comercialização. Na região do Baixo Tocantins, as espécies mais capturadas são os peixes geralmente direcionados à alimentação, como o mapará (*Hypophthalmus marginatus*). O fim da pesca representaria grandes prejuízos tanto na economia mundial, como também no valor nutricional de grande parte da população. Por estas e outras questões é de imensa importância a pesca com responsabilidade, respeitando momentos de reprodução, tamanho do animal, evitar poluição, entre outros, para que as próximas gerações também tenham direito a essa riqueza.

Para os fins de organização e controle das atividades de pesca e por conta de muitas irregularidades decorrentes, instituições como Colônia de Pescadores, Associações, ONG's, entre outras, auxiliaram os pescadores a legalizar acordos de pesca criados nas comunidades ribeirinhas, tendo em vista a proteção do peixe no seu período de reprodução. Porém, ainda assim, são desencadeados conflitos político-sociais, em torno da pesca.

## **Metodologia**

Para o estudo dos acordos de pesca no Município de Cametá-PA, foi escolhida a comunidade de Jaracuera Grande, localizada a 120 minutos da sede do município, via transporte fluvial, cujo referido acordo está vigente desde 2001 no âmbito da gestão participativa da pesca pelo IBAMA na Amazônia. Foi realizado um trabalho de campo em fevereiro de 2014, através de uma entrevista informal com o representante da Associação dos Produtores Familiares de Jaracuera Grande (ACORDAR), o Sr. Pantoja.

## **Resultados e discussões**

Com a construção da Hidrelétrica de Tucuruí, os recursos pesqueiros à jusante da barragem sofreram diminuições consideráveis, causando explorações de forma desordenada e cada vez mais intensa. Nesse sentido, os acordos de pesca foram uma alternativa encontrada pelos moradores de Jaracuera Grande para a proteção do pescado no período de defeso, a piracema, que vai do dia 1º de novembro a 28 ou 29 de fevereiro, anualmente.

Houve um tempo em que os pescadores da região notaram uma visível redução do pescado, muitos moradores da comunidade se reuniram e criaram um acordo com o propósito de reduzir esse esgotamento, o que segundo Simões *et al.* (2014), "na percepção dos envolvidos, a grande produção do rio Tocantins atraía muitos pescadores e



umentava o esforço de pesca”. Outro fator que contribuiu para a redução do pescado na região foi a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT). Rodrigues (2012, p. 219-220) diz que:

Segundo um impresso do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) do município de Cametá, a partir da construção da Hidrelétrica de Tucuruí, a vida dos pescadores sofrera sérios prejuízos, tanto ambientais quanto econômicos, precarizando ainda mais a existência ao longo do rio Tocantins. O documento expressa que 70% dos entrevistados informaram “[...] o escasseamento de peixes no rio Tocantins e seus afluentes”, e 65% dos entrevistados destacaram que a água estava poluída, causando diarreia, doenças de pele e doenças estomacais”.

De acordo com o texto “Conjunto de Regras dos Acordos de Pesca” produzido pelo Ministério do Meio Ambiente em parceria com a Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá, o acordo de pesca pode ser entendido como sendo produto de um grande processo de discussão abrangendo comunidades pesqueiras, ligando aspectos “[...] culturais locais, econômicos e políticos, como o sistema de patronagem, e questões externas, como a política governamental e o mercado” (MMA, 2006, p. 31).

Um dos fatores de maior relevância para induzir e difundir às práticas dos acordos de pesca é a satisfação do consumo alimentar de famílias ribeirinhas. Trata-se não só de um fator de natureza social, mas também cultural que se encontra enraizado em uma tradição alimentar dos ribeirinhos, uma vez que o desenvolvimento local não é apenas uma estratégia voltada à integração com o mercado (MILANI, 2003). O fortalecimento da confiança e dos mecanismos de coordenação econômica entre os ribeirinhos se dá a partir do momento em que há cooperação entre os pescadores na atividade produtiva da pesca, em grupo, do mapará e, sobretudo, o compartilhamento da pescaria com todas as famílias da comunidade ribeirinha, além dos elos de solidariedade social, assim como vínculos de capital social comunitário da comunidade.

A elaboração desses acordos trouxe grandes dificuldades e conflitos para a comunidade ribeirinha de Jaracuera Grande, pois um grupo de pessoas era contra o mesmo. Segundo relato do Sr. Pantoja, em 2006 durante uma reunião da associação com os representantes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o grupo de pessoas contra o acordo impediu a continuidade da reunião, resultando em um confronto físico no qual muitas pessoas foram feridas. Os que eram contra não aceitavam o acordo, pois este proíbe a “pesca de piaba, o uso de zagaia, tarrafa, flecha de fundo, puçá, malhadeira com malha de 25 mm ou menor, pari, malhadeira de poço e rede de lancear camarão” (SIMÕES *et al.* 2014).



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO  
X CONGRESSO BRASILEIRO  
V SEMINÁRIO DO DF E ENTORNO  
**12-15 SETEMBRO 2017**  
**BRASÍLIA- DF, BRASIL**

**Tema Gerador 7**

Conservação e Manejo da Sociobiodiversidade e Direitos dos Agricultores e Povos e Comunidades Tradicionais



Na época, os fiscais da comunidade de Jaracuera Grande prendiam os materiais da pesca dos infratores do acordo e entregavam para o IBAMA, o que agravava mais a situação. As penalidades mais utilizadas para a reapreensão, segundo a Revista Cametá, são: “advertência oral pela comissão da Associação; apreensão temporária e destruição dos apetrechos de pesca proibidos; denúncia aos órgãos competentes; e, em alguns casos, raros chega-se à reclusão do infrator”.

Devido ao conflito no qual, segundo o Sr. Pantoja, “quase chegou a haver muito derramamento de sangue”, a comunidade conseguiu consolidar o acordo de pesca vigente localmente com o apoio do IBAMA, conferindo legalidade ao mesmo.

### **Conclusão**

O conflito ocorrido em 2006 foi de grande importância para que se legalizasse o acordo de pesca, e não somente este, mas o histórico de conflitos ocorridos desde que se criou o acordo. A legalização do acordo, em vista do ocorrido naquele ano, foi uma maneira de se evitar conflitos maiores, amenizando as desordens em torno da pesca, além de trazer muitos benefícios para a comunidade, tanto na quantidade quanto na qualidade do pescado. Contudo, mesmo com a legitimidade do acordo sendo reconhecida pela maioria dos pescadores locais, ainda existem conflitos, mas com pouca frequência, na comunidade ribeirinha de Jaracuera Grande.

### **BIBLIOGRAFIA**

DIAS, Sara Corrêa; TAVARES, Francinei Bentes. **A problemática socioambiental na Amazônia Oriental: o caso da região do Baixo Tocantins – Pará.**

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA. **Cametá: Acordos de Pesca — uma alternativa econômica e organizacional.** Série Sistematização, Revista II. Subprograma Projeto Demonstrativos. Brasília: MMA, 2006.

RODRIGUES, Doriedson do Socorro. **Trabalho, Educação e Juventude Pescadora no Município de Cametá.** Cametá-PA: UFPA, 2012.

SIMÕES, Aquiles; DIAS, Sara Corrêa; ALMEIDA, Oriana; RIVERO, Sérgio. **Gestão dos recursos naturais na região do baixo Tocantins através de acordos de pesca.** Belém, UFPA 2014.